

**CAMINHOS DO AGROEXTRATIVISMO: ANÁLISE DAS DINÂMICAS E DESAFIOS NA RESERVA
EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI- AP**
CHALLENGES OF AGRO-EXTRACTIVISM IN THE RIO CAJARI EXTRACTIVE RESERVE - AMAPÁ (AP)

Elane de Lima Ferreira

Universidade Federal do Amapá | elaynnef25@gmail.com

Irenildo Costa da Silva

Instituto Federal do Amapá | irenildo.silva@ifap.edu.br

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

Universidade Federal do Amapá | afileocrea@gmail.com

Patricia Camile Monteiro Pinheiro

Instituto Federal do Amapá | patricia.pinheiro@ifap.edu.br

Grupo de Trabalho (GT): <<GT5. Agricultura familiar e relações de gênero no meio rural>>

Resumo

Este artigo aborda o agroextrativismo praticado na Reserva Extrativista do Rio Cajari, localizada no Sul do Estado do Amapá, destacando os desafios dos agroextrativistas na região. A criação da RESEX Cajari, em 1990, foi fundamental para garantir a sobrevivência das famílias por meio do extrativismo e da produção agrícola. A pesquisa ressalta a complexidade das experiências das famílias agroextrativistas, evidenciando a demanda de políticas públicas efetivas para promover a sustentabilidade e valorizar o trabalho das famílias. Foi utilizada metodologia qualitativa e bibliográfica. A coleta de dados ocorreu entre 29 de março e 08 de abril de 2024, com observação participante, onde foram realizadas 7 entrevistas. Os dados foram analisados e apresentados em formato de texto, incluindo resultados e conclusões. Uma das considerações que o estudo mostra é a necessidade de políticas e ações eficazes que venham contribuir para a diversificação de fontes de renda e a valorização da produção agroextrativista.

Palavras-chave: Amazônia; Resex-ca; Agricultura; Extrativismo

Abstract

This study looks at agricultural extractivism practiced in the Rio Cajari Extractive Reserve (RESEX) in the south of the Brazilian state of Amapá, and highlights the challenges faced by agricultural extractivists in the area. The establishment of RESEX Cajari in 1990 was crucial to ensure the survival of local families through extractive activities and agricultural production. The study highlights the complexity of the experiences of the agro-extractive families and emphasizes the need for effective public policies to promote sustainability and valorize their work. The study is based on a qualitative and bibliographic methodology. Data collection took place between March 29 and April 8, 2024 and included participant observation and interviews. A total of seven interviews were conducted. The collected data were analyzed and presented in textual format, including the research findings and conclusions. One of the key considerations highlighted in the study is the pressing need for policies and actions that support income diversification and the recognition of agroextractive production.

Key words: Amazon; Agriculture; Extractivism

1. Introdução

Na Amazônia, as iniciativas de Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) se destacam como importantes instrumentos para explorar e avaliar a viabilidade da sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica. Segundo Picanço (2010), é essencial reconhecer que, em vez de se concentrar em um único projeto isolado, é crucial articular uma variedade de iniciativas que, de maneira

gradual, possam contribuir para o surgimento de um novo paradigma de desenvolvimento. Este deve ser inclusivo e contemplar os interesses de grupos sociais que historicamente foram marginalizados, promovendo uma abordagem mais equitativa e integrada ao que diz respeito ao uso e à conservação dos recursos naturais.

O objetivo deste estudo foi analisar os desafios do agroextrativismo na Reserva Extrativista do Rio Cajari, localizada no Estado do Amapá. A RESEX do Rio Cajari surgiu da transformação de sua condição original como Assentamento Extrativista (AE), criado para validar uma estratégia de gestão participativa dos recursos ambientais, a fim de garantir a sobrevivência das famílias por meio do extrativismo e de manter um relacionamento complementar com a produção agrícola.

Durante o processo de transformação foram realizados estudos abrangentes sobre dispersão e forma dos castanhais, sistemas de produção, formas de comercialização e acesso às principais infraestruturas sociais, que foram fundamentais para viabilizar o projeto da Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX-CA) (Sousa, 2006), a qual foi reconhecida pelo Decreto Federal n.º 99.145, em março de 1990, abrangendo três municípios: Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. A área é delimitada pelos rios Ajuruxi, Matauaú e Igarapé Santo Antônio. Esses cursos d'água, juntamente com outros rios e igarapés interligados, formam uma vasta e rica rede de canais, composta por meandros, diques, furos, paranás e lagoas, que exercem uma influência direta nas formações vegetais da região. O Rio Cajari, em particular, destaca-se na RESEX-CA como a principal via de acesso fluvial (Picanço, 2010).

A RESEX-CA foi a primeira reserva extrativista no Amapá, representando um marco importante para a garantia dos direitos dos extrativistas, marcando um momento crucial na jornada da região em direção ao desenvolvimento sustentável, à medida que se afastava da servidão opressiva da era da extração da borracha (1839 a 1910) e se aproximava de uma economia mais equitativa e liderada pela comunidade na gestão dos recursos naturais (Filocreão, 1992). Segundo Picanço (2010), a criação de áreas protegidas na Amazônia emerge como uma estratégia socioambiental para assegurar a preservação da biodiversidade e abordar os problemas agrários enfrentados por vários grupos sociais, incluindo os agroextrativistas.

Nesse sentido, a criação da reserva extrativista trouxe um aumento relevante nas oportunidades de reprodução das famílias, especialmente por meio da comercialização da produção familiar dos roçados. Isso ocorreu também devido ao esforço político das comunidades locais em buscar um modelo autônomo de gestão do território (Rangel, 2017). A reserva é gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pelas unidades de conservação brasileiras, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Dentro do contexto de organização política, surgiram na reserva diversas associações locais, como a Associação de Trabalhadores Agroextrativistas do Cajari (ASTEX-CA), a Associação de Mulheres do Alto Cajari (AMAC), a Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Biodiversidade no Alto RESEX Cajari (AMOBIO) e a Cooperativa Mista dos Produtores Agroextrativistas do Cajari (COOPERALCA). Essas entidades têm o objetivo de promover uma gestão participativa da reserva, facilitando o diálogo entre o ICMBio e os moradores locais, além de buscar melhorias para as famílias dentro da reserva.

Para analisar os desafios do agroextrativismo na RESEX-CA, adotou-se a metodologia baseada no estudo qualitativo e bibliográfico (Cervo; Bervian, 2002). A pesquisa de campo ocorreu no período de 29 de março a 08 de abril de 2024, sendo realizada por meio da observação participante e entrevistas com os agroextrativistas, esse processo foi fundamental para compreender e analisar a realidade do agroextrativismo na Resex Cajari. Para Rangel,

Silva e Suzuki (2009), a história oral dos grupos oferece uma riqueza incomparável para a pesquisa, ao permitir a reconstrução dos sentidos e das direções tomadas pelos depoentes em suas vidas. Ao todo, foram realizadas 7 entrevistas. A entrevista, segundo os autores, é vista não apenas como um complemento documental às pesquisas baseadas em textos escritos, mas como um documento valioso em si. Ela se configura como um instrumento essencial para a compreensão mais ampla dos significados atribuídos pelos sujeitos, especialmente na recomposição das interpretações construídas sobre suas relações com a sociedade, o Estado e os processos econômicos, políticos e sociais nos quais estão inseridos.

Assim, a percepção dos agroextrativistas e de outros grupos tradicionais vai além de um simples conhecimento imediato; é um saber robusto, cultivado através de uma relação profunda com o meio ambiente e transmitido ao longo das gerações. Como aponta Silva, (2006, p. 59), trata-se de um "conhecimento adquirido e lapidado" que se transforma e se enriquece ao se entrelaçar com diferentes formas de saber. Esse acúmulo de experiências e saberes proporciona a essas comunidades uma compreensão abrangente do seu entorno natural e social.

Além disso, essa base de conhecimento não é estática, ela evolui à medida que novas informações e práticas são incorporadas, permitindo que essas populações se adaptem às mudanças ambientais e sociais. Quando esses saberes tradicionais se conectam com princípios científicos, gera-se um potencial inovador para a gestão dos recursos e a conservação da biodiversidade (Picanço, 2010). Essa sinergia entre o conhecimento ancestral e a ciência moderna cria oportunidades para soluções mais sustentáveis e eficazes, valorizando a experiência dos agroextrativistas e reconhecendo sua importância na busca por um manejo ambientalmente consciente e socialmente responsável.

Essa imersão contextualizada permitiu o enriquecimento da compreensão do contexto agroextrativista na região. Para preservar a identidade dos entrevistados quando citados, utilizou-se os termos "agroextrativista" + "letras do alfabeto". Quanto ao tratamento e análise dos dados, efetuou-se a transcrição das falas para posterior discussão e análise. Por fim, as análises realizadas foram apresentadas em formato de texto, sendo expressas por meio dos resultados e conclusões da pesquisa.

2. O agroextrativismo na Reserva do rio Cajari

Desde o início do período colonial, diversas concepções sobre a Amazônia foram construídas, muitas vezes moldadas mais por interesses externos do que pelas realidades e necessidades de seus habitantes locais (Gonçalves, 2001). Para Picanço (2010), a Amazônia é vista como um "celeiro" de recursos naturais a serem explorados pelos centros de poder. Historicamente, isso se manifestou em diferentes momentos, como na exploração da borracha, na tentativa de revitalização da produção durante a Segunda Guerra Mundial e nas políticas de desenvolvimento a partir dos anos 60. Mesmo hoje, quando há um crescente reconhecimento de seu valor como motor de desenvolvimento, as dinâmicas sociais na Amazônia continuam a ser moldadas por interesses externos.

Nesse contexto, ao longo das diferentes etapas do desenvolvimento histórico do capitalismo na Amazônia, observam-se mudanças na relação entre a agricultura e o extrativismo, que funcionavam no início em harmonia e se beneficiavam mutuamente, mas posteriormente o extrativismo passa a complementar a agricultura. Mais tarde, a agricultura concorre com o extrativismo pela força de trabalho e capitais, aumentando a tensão entre essas atividades. No final, a agricultura e o extrativismo tornam-se secundários em relação a outras atividades na economia amazônica (Filocreão, 2014).

Segundo Becker (2005), existe uma dualidade de visões sobre a Amazônia. Por um

lado, as populações tradicionais atribuem um valor profundo à região, considerando-a um símbolo de vida. Essa relação é enraizada no conhecimento local e na sabedoria acumulada ao longo de gerações, os quais permitem que essas comunidades vivam em harmonia com o ambiente. Para elas, a floresta não é apenas um conjunto de árvores, mas um ecossistema vital que sustenta suas vidas e culturas. Segundo Picanço (2010), as práticas de manejo tradicional das populações locais não apenas garantem sua subsistência, mas também contribuem para a preservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos fundamentais, reforçando a visão da floresta como um espaço sagrado e essencial para a sua cultura e bem-estar.

Por outro lado, as organizações extrativistas adotam uma perspectiva diferente. Elas veem a Amazônia como um repositório de capital natural pronto para a mercantilização. Essa visão, muitas vezes, prioriza a exploração econômica dos recursos, sem necessariamente considerar os impactos sociais e ambientais que dali derivam. As organizações extrativistas frequentemente tratam a Amazônia como uma fonte inexplorada de recursos, impulsionando políticas que favorecem a exploração econômica em detrimento da integralidade dos ecossistemas, resultando em um descompasso entre as necessidades de desenvolvimento e a preservação das culturas e ambientes locais (Picanço, 2010).

Essa dicotomia se reflete na história de resistência e adaptação que emergiu na Reserva Extrativista do Rio Cajari a partir da trajetória migrante dos trabalhadores expropriados da região nordeste. Essas famílias reorganizaram seu modo de vida com base na exploração do látex e na coleta da castanha. Embora a extração da seringa tenha se tornado uma atividade pouco representativa, referida principalmente em relação ao passado, a coleta da castanha permanece associada ao trabalho agrícola. Assim, a população que habita a Reserva Extrativista do Rio Cajari se identifica com o agroextrativismo (Rangel, 2017), definido como:

[...] a simples combinação entre as atividades agrícola e extrativista, praticadas pelo trabalho familiar a partir de saberes tradicionais e que visa a economia do excedente, sendo este um elemento central do modo de vida atualmente reproduzido, na medida em que define a identidade daquela sociedade (Filocreão, 2014, p. 08).

Essa autodenominação marca uma mudança significativa, pois reflete a liberdade que obtiveram para praticar suas atividades agroextrativistas sem impedimentos (Vasconcelos, 2015), como é observado na fala da agroextrativista (a): “vivo com minha família da roça onde planto (coco, abóbora, mandioca, abacaxi, acará, ingá, pupunha, laranja, cupuaçu entre outros) e da castanha no período da safra”. Na mesma direção, o agroextrativista (b) relata: “vivo da roça com plantação de banana, abóbora, mandioca, batata, faço farinha e também tem o extrativismo de açaí e castanha, sendo que a castanha é minha principal fonte de renda”. Nesse mesmo sentido, o agroextrativista (c) menciona: “vivemos há 3 anos do extrativismo da castanha e da roça, eu e meu irmão estamos na coleta, e meus pais estão fazendo farinha na roça, para vender na feira em Água Branca”.

As narrativas dos agroextrativistas revelam a diversificação das fontes de renda e a importância da produção agroextrativista para atender as necessidades básicas das famílias. Nesse contexto, muitos relataram que participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como uma alternativa significativa para contribuir com a renda familiar.

Segundo Ueno *et. al.* (2016), essas políticas públicas representaram um salto na qualidade de vida dos pequenos produtores, pois permitiram o incremento de sua renda e abriram oportunidades para investimentos. Por conseguinte, a implementação de políticas públicas por meio de programas governamentais tornou-se essencial para o desenvolvimento

rural das comunidades, além de garantir a formação de renda por meio de canais de comercialização da produção.

Triches e Grisa (2015) enfatizam que o PAA e o PNAE revolucionaram o papel das compras governamentais, transformando-as em instrumentos estatais de incentivo à agricultura familiar e de criação de mercados para esses produtores. A importância desses programas para auxiliar os pequenos produtores a escoar sua produção e garantir a comercialização é indiscutível. As ideias de Polanyi (2000) expressam a importância central da regulação social sobre a economia e do papel das instituições, as quais figuram na condição de instâncias mediadoras entre as estruturas socioeconômicas e os indivíduos, como atores sociais.

Contudo, é crucial que as políticas públicas sejam realmente alinhadas às necessidades dessas comunidades. Embora haja uma estrutura organizativa que ostensivamente visa atender a essa parcela da população, muitas vezes as políticas não conseguem suprir as demandas práticas dos trabalhadores. Por exemplo, questões como o preparo da terra, a produção, escoamento e a sua inserção no mercado frequentemente não recebem a devida atenção e suporte adequado por parte das políticas públicas (Melo; Scopinho, 2018).

A figura 1 mostra parte do processo das atividades agroextrativista na Resex. Os roçados e os castanhais são territórios essenciais onde as famílias perpetuam os pilares do agroextrativismo. Junto à casa, ao quintal, às áreas em descanso, ao pasto e, por vezes, ao trecho do igarapé próximo à residência, esses espaços representam os territórios moldados pelo trabalho familiar, assegurando a reprodução e subsistência da família (Rangel, 2017).

Figura 1: Coleta da castanha e prática de roça na Resex Cajari.



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

De acordo com Bourdieu (2001), os grupos sociais estabelecem uma conexão profunda com a região ou território onde vivem e trabalham, através das características únicas deste local, sejam elas decorrentes da natureza ou das intervenções humanas. Essa ligação permite que a sociedade não apenas reconheça esse espaço como uma extensão de sua identidade, mas também o integre como um componente essencial de seu estilo de vida. Assim, é possível reivindicar esse território como parte da nação, ou, no contexto específico deste estudo, como o território das populações agroextrativistas, onde elas exercem suas atividades produtivas e culturais, fundamentando assim sua relação com o ambiente que habitam.

Algumas famílias optam por viver em suas colocações, áreas onde coletam sua produção, cultivam a terra para sua subsistência e criam pequenos animais, enquanto outras se deslocam para essas áreas diariamente. Tanto aquelas que residem permanentemente quanto as que “visitam” regularmente essas colocações conseguem produzir alimentos para seu consumo e gerar excedentes que podem ser vendidos ou trocados por outros bens e serviços

em comunidades maiores. Em decorrência desse contexto, as famílias desenvolvem um profundo senso de comunidade e de identidade com o lugar em que vivem. A conexão com a terra e o modo de vida que ela propicia geram uma qualidade de vida que vai além dos benefícios econômicos. Há valorização das práticas tradicionais e do conhecimento ancestral, que são transmitidos de geração em geração (Penha; Moreira, 2023).

Bourdieu (2001) ressalta a importância da identidade do indivíduo em relação ao território, indicando que é essencial compreender o modo de vida dos agroextrativistas e seus anseios. Sendo possível notar que a interação dos agroextrativistas com o território não é apenas uma questão de dependência material, mas também envolve uma série de valores e saberes que moldam suas práticas.

Assim, embora as famílias produzam excedente, o objetivo não é alcançar escala para atender as demandas do mercado. Em vez disso, a produção excedente é direcionada para a aquisição de bens e serviços que atendam às necessidades não satisfeitas pelos produtos resultantes da agricultura familiar e do extrativismo (Barbosa; Batista; Pimenta, 2014). Conceição, Fraxe e Schor (2009, p. 6) contribuem para o entendimento sobre a produção excedente ao mencionarem que:

[...] Parte da produção agrícola proveniente do trabalho familiar destina-se ao consumo do produtor, enquanto a outra parcela tem como destino a comercialização em forma de mercadoria, [...] não há perspectiva de lucro na produção familiar, diferenciando-se da empresa nos moldes capitalistas, [...] os níveis de produção são determinados pela necessidade, pois a tendência produtiva [...] será proporcional ao tamanho da distância dos objetivos estabelecidos pela família.

Em harmonia com a natureza, as famílias agroextrativistas trabalham utilizando os recursos naturais disponíveis e combinando-os com a força de trabalho para produzir alimentos e outros bens, formando, desta forma, um circuito produtivo, no qual os produtos são consumidos pelas próprias famílias ou vendidos localmente, fechando o ciclo de produção e consumo. Além disso, as famílias realimentam o funcionamento do sistema, garantindo a continuidade do ciclo produtivo.

A resiliência dessas famílias e a capacidade de adaptar-se às mudanças ambientais e socioeconômicas são aspectos fundamentais para a manutenção desse ciclo produtivo. Além disso, as práticas agroextrativistas contribuem para a conservação dos recursos naturais, uma vez que essas comunidades dependem diretamente da saúde dos ecossistemas para sua subsistência. Isso cria um incentivo natural para a preservação e o uso sustentável dos recursos, promovendo uma coexistência harmoniosa entre seres humanos e natureza (Penha; Moreira, 2023).

Nesse sentido, a autodenominação como agroextrativistas e a descrição detalhada das atividades sugerem uma identificação forte com a terra e com o modo de vida tradicional. Essa identificação se reflete no trabalho conjunto das famílias que vivem na RESEX, o que garante a subsistência e geração de renda por meio das práticas agroextrativistas. Ademais, fortalece os laços comunitários entre as famílias, e promove um modelo de desenvolvimento sustentável que pode servir de exemplo para outras comunidades (Picanço, 2010).

Assim, para além da forma de trabalho e identidade coletiva construída nesse contexto, enfatizam-se os desafios enfrentados diariamente pelos agroextrativistas para manter esse sistema de produção ativo (Figura 2), principalmente no que concerne a produção da castanha no período da safra que inicia em janeiro e se estende até o mês de junho. Durante o período de coleta da castanha, as famílias se deslocam para os castanhais que ficam distantes do local

onde residem. O transporte é feito por motocicletas e embarcações tipo rabeta¹. Essas últimas auxiliam no processo de deslocamento e carregamento tanto das motocicletas para passagem de uma margem a outra do rio quanto das barricas² de castanhas.

Este ciclo produtivo não se limita à coleta em si, mas envolve um complexo de atividades que exigem um esforço contínuo, além de um planejamento para superar as adversidades encontradas. A realidade dos agroextrativistas está marcada por um histórico de vulnerabilidade social e econômica, que se exacerba pela falta de infraestrutura adequada e pela precariedade dos serviços de transporte. Com isso, o deslocamento para os castanhais, muitas vezes, se torna um desafio logístico, que além de demandar tempo, requer um alto nível de organização e cooperação entre as famílias.

Figura 2: Ciclo de coleta da castanha na RESEX Cajari–AP.



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Os obstáculos encontrados desde a coleta até o armazenamento de castanhas ressalta as barreiras logísticas e estruturais que afetam a eficácia e lucratividade da atividade extrativista na reserva. A escassez de suporte e de infraestrutura apropriada para a coleta e escoamento da produção limita o alcance das famílias extrativistas a mercados mais abrangentes, resultando na invisibilização das mesmas nesse ciclo.

Observa-se, diante de tal cenário, que o sistema produtivo na Amazônia, apesar de sua importância e do grande potencial natural da região, enfrenta inúmeras dificuldades, o que tem condicionado a produção ao longo da história (Freitas, 2013). Outra questão emblemática

¹ Pequena embarcação de madeira, típica da Amazônia, tradicionalmente utilizada para o transporte de pessoas em pequenas distâncias.

² Medida de volume com 6 latas, utilizada para pesagem da castanha pelos agroextrativistas da RESEX-CA.

é o baixo preço dos produtos, o que representa pouca valorização do trabalho realizado pelas famílias extrativistas. Na RESEX, essa questão é identificada na fala do agroextrativista (d), o qual expressa que “[...] a castanha aqui é vendida a preço de banana! Viram lá (Brasília) que uma gramagem³ de castanha é vendida a 130,00 reais!”. Segundo Freitas (2013), o mercado internacional é quem determina os preços aplicados no Brasil, e consequentemente, na RESEX-CA. Isso significa que os preços dos produtos extrativistas são afetados pelas flutuações do mercado global, o que impacta significativamente na renda dos extrativistas locais.

Além disso, a questão da intermediação surge como um desafio significativo nesse contexto. A castanha, após ser coletada, percorre várias etapas e passa por diversos intermediários antes de finalmente chegar ao consumidor. Esse processo longo não apenas reduz a margem de lucro para os produtores, mas também eleva os custos para o consumidor, prejudicando todos os envolvidos na cadeia produtiva. Assim, a comercialização da castanha na RESEX-CA é bastante limitada, especialmente com a cooperativa local inativa. O controle do mercado se concentra nas mãos de empresas como a exportadora de Belém-Mutran, e a empresa Rei das castanhas de Fábio Portela, localizada em Brasília, que dominam a compra do produto na região. As empresas das respectivas famílias compram a castanha in natura e produzem derivados, exercendo assim uma influência considerável sobre os preços.

Os valores praticados variam significativamente de acordo com as safras e as condições do mercado. Por exemplo, em 2024, uma barrica foi comercializada a R\$ 460,00, enquanto em 2025, o preço subiu para R\$ 960,00 em decorrência da baixa na safra. Segundo relatos dos agroextrativistas, essa situação foi influenciada por pragas, como o gafanhoto, e doenças que afetaram o castanhal. Importante destacar que esse aumento de preço não se deve à valorização das famílias envolvidas no processo, mas sim a fatores externos que impactaram a produção. O preço comercial tornou-se uma disputa estratégica, a fim de garantir que as grandes empresas que compram as castanhas não monopolizem a produção.

Essa situação mostra uma necessidade urgente de estratégias que facilitem o acesso direto dos agroextrativistas ao mercado, como cooperativas ativas dentro da reserva, feiras locais entre outros, o que poderia melhorar os ganhos e assegurar preços mais justos e competitivos para a castanha beneficiando, assim, os agroextrativistas.

Outro problema enfatizado é o não reconhecimento das famílias que fazem o processo da coleta da castanha, tanto a nível local quanto nacional, não ocorrendo a devida valorização de sua contribuição para a produção da castanha. Em contrapartida, os mercados europeu e asiático valorizam a origem dos produtos, procurando conceitos que permitam rastrear a origem do produto e conhecer a família que o produz. No entanto, os exportadores brasileiros enfrentam dificuldades em fornecer esse tipo de item, perdendo oportunidades no mercado internacional.

A valorização da origem dos produtos pelos mercados europeu e asiático tem o potencial de transformar consideravelmente a situação das famílias envolvidas na coleta da castanha na reserva. Ao reconhecer e apreciar a origem dos produtos, esses mercados não apenas promovem a autenticidade, mas também fomentam o reconhecimento das famílias e a origem da castanha. Essa valorização cultural e social dos produtos pode incentivar os exportadores brasileiros a adotarem práticas mais transparentes e rastreáveis, alinhando-se às exigências internacionais, como o selo de identificação de reconhecimento da produção da castanha dentro da reserva e *QR code*, que ao ser acessado traria a informação não somente da reserva, mas das famílias agroextrativistas que são a base desse sistema de produção.

Essas ações permitiriam que os produtos brasileiros ganhassem um diferencial competitivo, mostrando a origem e as histórias das famílias que participam do processo. Além

³ Peso da castanha em gramas.

disso, ao promover um produto que respeita as tradições e modos de vida local, os exportadores brasileiros podem fortalecer a identidade cultural dos produtos e gerar um senso de orgulho entre as comunidades.

A médio e longo prazo, essa mudança pode estimular um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável na reserva. As famílias envolvidas na coleta das castanhas teriam maior reconhecimento e incentivo financeiro, o que pode levar a melhores condições de vida e investimentos em infraestruturas na reserva. Adicionalmente, essa valorização pode atrair a atenção de organizações internacionais e governos locais para a importância de preservar e apoiar essas comunidades, garantindo a continuidade dessas práticas tradicionais. A valorização da origem das cadeias de produção, portanto, não é apenas um diferencial de mercado, mas uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento sustentável e a valorização das comunidades produtoras.

Além dos desafios já mencionados, outros obstáculos são relatados cotidianamente, como observado na fala da agroextrativista (e):

“Quando não tem comprador que manda buscar no castanhal, tem que levar para fora, para poder vender, e quem não tem transporte carrega nas costas, aí leva no paneiro⁴ até a beira do rio. Agora imagina essa distância toda carregando nas costas, não é fácil não”.

O relato apresentado denota desafios como a falta de logística de transporte, e o sobre-esforço físico significativo, o que pode afetar a saúde e bem-estar dos agroextrativistas, principalmente dos idosos. Ademais, esse percurso pode ser ainda mais desafiador em época de chuvas, quando os castanhais ficam escorregadios e as condições de transporte são amplamente comprometidas. Além disso, a ausência de estradas adequadas ou de meios de transporte eficientes limita significativamente a capacidade dos extrativistas de comercializar a castanha.

Para minimizar esse desafio, algumas alternativas podem ser consideradas. Uma abordagem viável seria o fortalecimento da cooperativa COOPERALCA existente e inativa na reserva. Isso poderia permitir a compra conjunta de um veículo, viabilizando a organização de um sistema de transporte comunitário. Ademais, o desenvolvimento de infraestrutura logística, apoiado por políticas públicas, também poderia ser essencial, viabilizando a construção de pequenas estradas ou melhorando as já existentes, o que facilitaria o acesso aos castanhais e o transporte da produção.

Essas medidas não apenas diminuiriam o esforço físico despendido pelos extrativistas, mas também melhorariam a eficiência operacional e aumentariam potencialmente a rentabilidade, permitindo um retorno mais justo para as comunidades que dependem desse recurso.

Outra barreira identificada na RESEX-CA foi a falta de assistência técnica para combater as pragas no castanhal, o que acarreta perda significativa na coleta e causa impacto na renda das famílias, como exposto pelo agroextrativista (f):

“[...] ano que vem a safra vai ser fraca, já estamos observando o broto que dá o ouriço pecando (caindo), estamos com uma praga no castanhal já tem um tempo, quando não dá a queima nas folhas, os gafanhotos cortam o broto, aí não vinga o ouriço, já veio um pessoal da Embrapa, colheu amostra, levou e até agora ninguém veio dar resposta de nada”.

⁴ Cesto feito de fibras vegetais da Floresta Amazônica, usado por povos indígenas e ribeirinhos para transportar produtos.

A fala do agroextrativista destaca diversos desafios críticos que afetam a produção de castanha na Resex, como a incidência de pragas e a falta de assistência técnica para diagnosticar e solucionar o problema. A perda significativa da safra deste ano de 2025, exposta na discussão acima, é uma continuidade preocupante das dificuldades já enfrentadas em 2024, quando os relatos indicavam a presença de pragas que afetaram severamente as castanheiras, resultando em uma queda drástica na produtividade.

Essa situação evidencia a necessidade urgente de assistência técnica contínua para os agroextrativistas. Um suporte eficiente poderia incluir orientações de instituições como a Embrapa, além de organizações como o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (RURAP) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que atuam diretamente no campo. Essas entidades têm o potencial de oferecer capacitação e conhecimentos práticos que ajudem a diagnosticar problemas e implementar soluções para as pragas, garantindo, assim, a recuperação e a sustentabilidade das práticas extrativistas na reserva. A adoção de estratégias integradas, que considerem as especificidades locais e as necessidades das comunidades, é fundamental para reverter essa situação e assegurar a subsistência das famílias dependentes da produção de castanha.

Outra faceta importante da assistência técnica é a capacitação dos extrativistas. Programas de formação que ensinem sobre as melhores práticas de manejo nos castanhais e como combater pragas, podem oferecer às comunidades alternativas e estratégias para mitigar os efeitos de safras fracas. Além disso, a realização de estudos e pesquisas nos castanhais pode resultar em sugestões sobre o manejo adequado.

De maneira geral, o quadro de problemas identificados demanda ações e políticas que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades na Reserva Extrativista do Rio Cajari. Isso inclui investimentos em infraestrutura, estratégias de comercialização, assistência técnica continuada, apoio à diversificação de fontes de renda, fortalecimento da organização comunitária e valorização da produção agroextrativista como parte integrante da cultura e da economia local. Essas alternativas devem ser formuladas com base na vivência e interação com os sujeitos que enfrentam essa realidade desafiadora, o que possibilitará a construção de soluções mais assertivas e adequadas às necessidades e contextos específicos. O quadro 1 apresenta as principais ações que podem ser realizadas no objetivo de superar os desafios na produção de castanha na Resex.

Quadro 01- Ações para mitigar desafios na produção de castanha na Resex.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	OBJETIVO
Investimentos em Infraestrutura	Melhorar as condições das vias de acesso aos castanhais, bem como dos transportes utilizados no processo; Criar pontos de coleta e armazenamento de castanhas dentro da reserva.	Facilitar o escoamento e acesso ao mercado local.
Assistência Técnica Continuada	Oferecer capacitação para os agroextrativistas sobre o sistema produtivo da castanha e demais culturas; Formular cronogramas de visitas técnicas às famílias agroextrativistas.	Melhorar a produtividade e a saúde das plantas.
Apoio à Diversificação de Fontes de Renda	Maior apoio institucional à cooperativa (COOPERALCA) já criada dentro da reserva.	Conexão direta dos produtores aos consumidores; melhor preço, beneficiando os produtores.

Fortalecimento da Organização Comunitária	Fomentar reuniões comunitárias; Desenvolvimento de lideranças locais.	Criar uma coletividade ativa e organizada.
Valorização da Produção Agroextrativista	Criar Feiras e eventos locais para comercialização; Desenvolver campanhas de marketing sobre o sistema produtivo da castanha pelas famílias da RESEX-CA.	Valorizar a produção local, trazer o reconhecimento para as famílias envolvidas no processo e conectar produtores aos consumidores.

Fonte: Elaborada pelos autores (2025)

Nesse contexto, para valorizar o trabalho das famílias agroextrativistas é fundamental reconhecer e legitimar o saber local como uma forma válida e rica de conhecimento que pode e deve colaborar para formulação de políticas públicas que promovam a inclusão e valorização das práticas e saberes locais, garantindo que as vozes dessas comunidades sejam ouvidas e que suas contribuições para a sustentabilidade e para esse sistema produtivo sejam devidamente reconhecidas. Ao integrar o saber local às ações mais amplas de desenvolvimento, podemos contribuir para uma valorização efetiva do trabalho, promovendo uma maior equidade social e ambiental.

A ausência de políticas e ações que promovam a visibilidade e a valorização da produção extrativista pode comprometer a sustentabilidade dessa prática para as gerações futuras. Outrossim, o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais, em harmonia com o conhecimento científico, configura-se como uma alternativa viável para a preservação desses recursos. Segundo Leff (2001), essa abordagem reflete uma “complexificação” e “hibridização” do saber, em que o manejo sustentável resulta da integração do conhecimento científico com o saber empírico e as práticas tradicionais dessas comunidades.

Ao unir conhecimentos técnicos e saberes locais, os membros dessas comunidades podem desenvolver soluções mais eficazes e adaptadas às suas realidades, criando um modelo de uso sustentável que respeita tanto a biodiversidade quanto as tradições culturais. Além disso, essa interação pode gerar o empoderamento das populações tradicionais, permitindo que assumam um papel ativo na conservação dos recursos e na manutenção de sua identidade cultural, construindo um futuro que considere tanto o legado do passado quanto as necessidades do presente.

3. CONSIDERAÇÕES

A pesquisa realizada denota a complexidade e as experiências das famílias extrativistas na Resex do Rio Cajari. Os relatos compartilhados evidenciam não apenas os desafios enfrentados no cotidiano das comunidades, mas também suas estratégias de resistência, organização e a busca por reconhecimento. O agroextrativismo é um pilar essencial da economia e da sustentabilidade das famílias extrativistas na Resex Cajari, sendo realizado pela diversidade de práticas e saberes presentes no contexto local, os quais podem ser melhor valorizados por meio de políticas e iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável.

A análise das narrativas da realidade vivenciada pelos agroextrativistas foi essencial para evidenciar a necessidade de estratégias e políticas públicas que contribuam para a melhoria das condições de vida e trabalho das famílias na reserva. Na busca desse objetivo, é importante pontuar o lançamento, em 5 de julho de 2024, do Programa Castanheiras, o qual apresenta um modelo de desenvolvimento social, ambiental e econômico voltado para a

cadeia produtiva da Castanha, especificamente na Resex do Rio Cajari e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru. O programa Castanheiras tem como objetivo promover um modelo de desenvolvimento social, ambiental e econômico para a cadeia produtiva da Castanha-do-Brasil nas Reservas Extrativistas do Rio Cajari e da RDS do Rio Iratapuru, fundamentado em saberes populares e técnicas. Contribuindo para melhorias no agroextrativismo ao fortalecer a cadeia produtiva, valorizar os produtos locais por meio de indicações geográficas, promover o protagonismo dos trabalhadores, apoiar instituições na captação de recursos e integrar as experiências entre diferentes estados, resultando em melhor comercialização, maiores rendimentos e práticas sustentáveis.

Espera-se que a operacionalização desse programa ocorra de forma efetiva e que traga melhorias significativas para as famílias agroextrativistas da Resex Cajari. Por fim, a pesquisa realizada ressalta a importância de apoiar e fortalecer as iniciativas das famílias na Reserva Extrativista do Rio Cajari, visando não apenas a garantia da sobrevivência dos extrativistas, mas também a promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo na região. A união de esforços entre governos, academia, instituições e a própria comunidade é essencial para construir um futuro com mais equidade para todos os envolvidos nesse contexto e para as futuras gerações.

4. Referências

BARBOSA, Evandro Brandão; BATISTA, Jair Junio Rodrigues; PIMENTA, Helena Francinete da Silva. Agricultura familiar: características, importância, pluriatividade, multifuncionalidade e perspectivas dentro e fora da Amazônia. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 193, 2014.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. **Rio de Janeiro: Bertrand**, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CONCEIÇÃO, Susianne Gomes da; FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto; SCHOR, Tatiana. Agricultura Familiar e capitalismo: desafios para a continuidade da categoria na Amazônia. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo 2009. PP. 1-16.

FREITAS, Tito Lívio Pinto de. **A exploração da castanha-do-brasil na RESEX do Rio Cajari**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá. Macapá-AP, 2013.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **Extrativismo e capitalismo: A manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Dissertação. UFPB -Campus II. 1992.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **A história do agroextrativismo na Amazônia amapaense**. Universidade Federal do Amapá. Macapá-AP, 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. 1ª Ed. **São Paulo: Contexto**,

2001.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. **São Paulo: Cortez**, 2001.

MELO, Thainara Granero de; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 61-84, 2018.

PENHA, Willis Freitas; MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. **O agroextrativismo no Vale do Jari: o caso da Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX-CA)**. Artigo (obtenção do título de Especialista em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá. Macapá-AP, 2023.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: **Compus**, 2000.

RANGEL, Kátia Souza. **Modo de vida e território na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2017.

RANGEL, Kátia Souza; SILVA, Antônio Marcos da; SUZUKI, Júlio César. Comunidade da Poça: dilemas e perspectivas de construção da identidade quilombola. **V Encontro Nacional de Grupo de Pesquisa 'Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais'**, Santa Maria, 2009.

SILVA, Christian Nunes da. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves-PA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA. Belém-PA, 2006.

SOUSA, Walter Paixão. **A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma unidade de conservação de uso direto na Amazônia: a reserva extrativista do Rio Cajari no Estado do Amapá**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2006.

VASCONCELOS, Mayda Richelle Cavalcante. **Reserva Extrativista do Rio Cajari**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Amapá. Macapá, Amapá, 2015

TRICHES, Rozane Maria; GRISA, Cátia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista Nera**, n. 26, p. 10-27, 2015.

UENO, Vanessa; NEVES, Marcos.; QUEIROGA, Joel.; RAMOS FILHO, L. O.; OLIVEIRA, Laíssa P. Estratégias de comercialização da agricultura familiar: estudos de caso em assentamentos rurais do estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7., 2016, Araraquara. **Anais [...]**. Araraquara: UNIARA, 2016.

PICANÇO, José Reinaldo Alves. **Desenvolvimento, sustentabilidade e conservação da biodiversidade na Amazônia: a produção familiar agroextrativista em áreas protegidas no sul do Amapá**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, na área de concentração Política, Desenvolvimento e Sociedade). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.